



## MANIFESTO \*

### O nosso objetivo

Por meio deste manifesto, pretendemos sensibilizar a comunidade internacional para uma consciência coletiva e exigir sentido de responsabilidade por parte dos países que mais contribuem para as alterações climáticas, obrigando-os a apoiar diretamente no auxílio e no acolhimento e integração dos refugiados climáticos, através de uma deliberação internacional concertada. É urgente dar vida a uma maior cooperação e coordenação entre organizações humanitárias, e superar a existência de lacunas na legislação internacional exigindo e criando uma clara definição de regras neste domínio. Assim, pretendemos dar o nosso contributo ativo fazendo chegar este manifesto com as nossas propostas de ação à agência da ONU que apoia os refugiados, à Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), à secretária de estado da igualdade e migrações, aos nossos eurodeputados e à Organização Mundial das Migrações em Portugal.

### Entender a crise humanitária dos refugiados climáticos

A mudança climática é uma das questões por trás do número crescente de refugiados, onde as pessoas que vivem na linha da frente da emergência climática carecem de recursos para se adaptar a um ambiente cada vez mais hostil. Estas pessoas são forçadas a migrar longas distâncias, vendo as suas vidas postas em risco, e sendo forçadas a fugir de suas casas devido a todo o tipo de desastres naturais.

Há um facto que é indiscutível. Ninguém é refugiado por gosto ou por opção. Ser refugiado significa mais do que ser um estrangeiro à procura de proteção. Significa muitas vezes depender de outros para satisfazer necessidades básicas como a alimentação, o vestuário e a habitação. Acresce o problema de estes migrantes não serem considerados, por muitos países, como 'refugiados' por não encaixarem na definição oficial do termo "refugiado". Ora, estas pessoas ficam excluídas do atual sistema de proteção que é garantido aos refugiados. Alega-se que não se enquadram na definição da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados dado que a convenção se refere explicitamente a "vítimas de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertença a um grupo social determinado ou convicções políticas." A verdade é que todos aqueles que fogem da perseguição ou do conflito, têm o direito de requerer um pedido de proteção internacional conforme definido na Convenção de Genebra. O direito de procurar asilo está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como o direito à vida e à segurança.

\*Manifesto de um grupo de jovens da turma do 11º C, da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo de Leiria

## O que vimos defender?

É um facto que as alterações climáticas são inevitavelmente acompanhadas por um aumento brusco de catástrofes naturais. Estas afetam injustamente os mais vulneráveis, geralmente residentes em países que dão um contributo diminuto para essas ocorrências. Por outro lado, os grandes poluidores são responsáveis pelas principais indústrias que incessantemente ambicionaram lucro sem considerar a sustentabilidade do nosso planeta. Diante deste cenário, é injusto que os refugiados climáticos tenham a sua vida arruinada como consequência das ações imprudentes dos grandes poluidores. Assim, é imperativo que estes países sejam responsabilizados pelas suas ações, providenciando suporte e auxílio às vítimas e apoiando financeiramente todas as organizações que apoiam estes refugiados.

## Medidas que propomos

Para tal, nós, um grupo de alunos de Leiria, do 11º C da Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo, sugerimos a implementação das seguintes medidas:

1. Garantir a integridade física dos refugiados climáticos num raio de 1000 km para além das fronteiras dos principais países poluidores, caso os países afetados pelas alterações climáticas não tenham condições de o fazer. Isto é, tem de ser garantida uma fuga do local em perigo de forma segura.
2. Criar um banco de vagas com prioridade para o acesso ao ensino superior.
3. Permitir que os refugiados, caso queiram, sejam reconhecidos como cidadãos no país para onde foram recolocados. Disponibilizar habitação social (ou não permitir que exceda 60% do preço de mercado) aos refugiados, com condição de que esta seja paga em prestações.
4. Assegurar o mesmo nível de serviços de saúde que o país hospedeiro apresenta para a população já residente.
5. Enviar e financiar equipas humanitárias para os locais mais afetados por catástrofes naturais.
6. Proporcionar possibilidades de trabalho aos novos habitantes, através de uma redução dos impostos em 10% às empresas que os recebam.
7. Aplicar impostos/coimas às grandes multinacionais responsáveis por elevados níveis de poluição. Estes serão aplicados pelo país de origem da multinacional e reverterão para assegurar melhores condições aos refugiados climáticos.
8. Reduzir as emissões de CO2 a 50% até 2040.

9. Criar uma organização que teria como objetivo proteger os países que são mais afetados por catástrofes naturais. Se estas se verificassem no território de algum dos países que integram essa organização, todos os outros, em especial dos países desenvolvidos, teriam a responsabilidade de auxiliar em todo o processo de reconstituição da área afetada.

## Statement final

Concordamos que o problema é pluridimensional e global. Assim, qualquer abordagem ou tentativa de resolução a adoptar deverá ser internacional e contemplar os diferentes aspetos desta crise, começando pelas causas dos êxodos de populações até à elaboração das respostas que se mostrem necessárias para dar resposta e abranger o conjunto de situações relacionadas com os refugiados, desde as situações de emergência sanitária, à necessidade de promover a educação, atribuição de emprego e habitação condigna.

O que aqui apresentamos não são meras propostas para serem levadas de forma leviana. Esta tragédia humana é real, tem ocorrido de forma progressivamente mais intensa e terão tendência a agravar-se à medida que as grandes potências continuam com seu ritmo industrial insaciável. Não é ético, nem aceitável, que estes países continuem a manifestar total apatia, sem qualquer tipo de consequência ou reconhecimento da sua responsabilidade, ou do seu enorme contributo para este problema, tendo em conta as proporções amplamente conhecidas e divulgadas por agentes internacionais.

É urgente que se tomem medidas! Que se proteja a vida e a dignidade humana!

Este manifesto foi assinado pelos signatários alunos do 11º C da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo.

Leiria, dia oito de junho de 2022

## Signatários:

Anastacia Patrabay | Beatriz Borges Cerqueira | Beatriz dos Santos Parreiras | Daniel Bonito Silva | Diogo André Fandango dos Santos | Erick Garcia Laúdo | Francisco Daniel Carvalho de Sousa | Hugo José Ramos Sousa | José Pedro Vieira Hingá | Laura Dias Ferreira | Leonardo Francisco Costa | Leonor Alves Passagem | Luana Domingues Soares | Luísa Mesquita da Cunha Gonçalves Malheiro | Madalena Ponces Antunes | Maria Beatriz Oliveira Carvalho | Maria Rocha Vaz | Mariana Costa Ferreira | Marta Pinto Vieira | Miguel Krithinas Domingues | Miguel Santos Lourenço | Pedro Lourenço Assunção | Rúben Ricardo Venâncio Santos

Manifesto elaborado no âmbito do projeto de cidadania e desenvolvimento da turma 11º C e da campanhas #ClimateofChange com o apoio do projeto #PeopleandPlanet, financiado pela UE e apoiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua